

TRAJETÓRIAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS ENTRE COMUNIDADES, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE BIOCOSMÉTICOS NA AMAZÔNIA

CAPÍTULO 20

RUTE HOLANDA LOPES; MOISÉS ISRAEL BELCHIOR DE ANDRADE
COELHO; ELISANGELA JESUS OLIVEIRA; SUELANIA CRISTINA
GONZAGA DE FIGUEIREDO; ELIAKIM MARQUES SERRÃO;
KEYCIANE REBOUÇAS CARNEIRO

Curso de Engenharia de Produção, Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – ICET/UFAM

RESUMO

A questão ambiental e a sustentabilidade das atividades econômicas tornaram-se um tema relevante que abrange as dimensões sociais, econômicas e ambientais e é perpassado pela produção industrial, a legislação ambiental governamental e o comércio internacional, ressaltando a complexidade e o caráter sistêmico que as entrelaçam. O objetivo desta pesquisa foi entender o processo de inclusão de comunidades fornecedoras de matérias-primas para biocosméticos, por meio da Cooperativa e da Associação estudadas. O presente estudo, em termos de abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória, com relação aos objetivos, e um estudo de caso exploratório, no que diz respeito ao procedimento metodológico. A relevância deste estudo está em entender o processo de inclusão de comunidades fornecedoras de matérias-primas para biocosméticos, por meio da Cooperativa e da Associação estudadas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Biocosméticos, Comunidades Tradicionais, Associações e Cooperativas, Amazônia.

SUSTAINABLE ECONOMIC TRAJECTORIES BETWEEN BIOCOSMETIC COMMUNITIES, ASSOCIATIONS AND COOPERATIVES IN THE AMAZON

ABSTRACT

The environmental issue and the sustainability of economic activities become a matter of relevance and encompass social, economic, and environmental dimensions and permeate industrial production, governmental environmental legislation, and international trade, highlighting the complexity and systemic character that intertwine. The objective of this research was to understand the process of inclusion of communities supplying raw materials for biocosmetics, through the studied Cooperative and Association. The present study, in terms of approaching its problem, is characterized as qualitative, exploratory research regarding the objectives and an exploratory case study regarding the methodological procedure. The relevance of this study lies in understanding the process of including communities that supply raw materials for biocosmetics, through the Cooperative and Association studied.

Keywords: Sustainable Development, Biocosmetics, Traditional Communities, Associations and Cooperatives, Amazon.

1. INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento em que se assenta a nossa sociedade estruturou-se durante mais de dois séculos em torno do axioma de que o aumento do bem-estar está intimamente ligado ao crescimento econômico.

No entanto a viabilidade desse modelo, recentemente, tem sido seriamente questionada pelo conceito de desenvolvimento sustentável (Bourg & Buclet, 2005).

A atual integração econômica mundial – que se assenta num modelo consumista e num acelerado processo de privatização planetária, articulada a uma matriz industrial e tecnológica baseada no uso de combustíveis fósseis – contribuiu para a rápida depreciação ecológica planetária, pondo em risco a perenidade da humanidade e desencadeando uma sinergia mundial pela preservação dos recursos naturais (Freitas, 2011). No caso da Amazônia, em geral os grandes projetos de desenvolvimento têm gerado efeitos devastadores nas condições de vida das populações localizadas em suas áreas de influência (Freitas & Freitas, 2018).

A questão ambiental e a sustentabilidade das atividades econômicas tornam-se um tema complexo e de relevância em uma realidade sistêmica que abrange as dimensões sociais, econômicas e ambientais e é perpassada pela produção industrial, a legislação ambiental governamental e o comércio internacional, ressaltando a complexidade e o caráter sistêmico que as entrelaçam. Para se estudar uma realidade sistêmica e complexa, é necessária uma nova forma de olhar, analisar, discutir, uma nova forma de pensar, denominada de saber ambiental. O saber ambiental não se limita ao estudo ecológico, ambiental, socioeconômico; ele transcende e excede as “ciências ambientais” para se abrir ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes ambientais (Leff, 2010).

A introdução do termo “desenvolvimento sustentável” evidenciou que a promessa de um bem-estar baseado na continuidade do modelo de desenvolvimento dos países ricos e na emulação desse modelo para os países menos ricos não poderia mais ser mantida, pois o funcionamento desse modelo extrapolava a capacidade de recuperação dos ecossistemas e estava rapidamente consumindo o capital natural (Manzini, 2008).

O desenvolvimento sustentável pressupõe a existência de um planejamento participativo, que possibilite o reequilíbrio das relações entre mercado, Estado e sociedade civil. Uma ética moderna, mediada por cidadãos ativos e processos políticos esclarecidos, pode impedir a destruição da Terra e melhorar a condição humana. Também pode possibilitar a inclusão e a liberdade social, trazendo historicidade ao contrato social para o desenvolvimento (Freitas & Freitas, 2013). A inclusão, o empreendedorismo e a proteção do meio ambiente são a base material para uma sustentabilidade ligada à vida e ao planeta (Freitas, Freitas & Ruiz, 2015).

O entendimento e a aplicação do conceito de práticas sustentáveis envolvem mais que a manutenção dos recursos ambientais, incluem a melhoria da qualidade de vida das populações e regiões impactadas e o entendimento da relação homem-natureza nesse cenário vivido pelos amazônidas. O extrativismo vegetal e animal constitui importante atividade econômica para o interior do Amazonas. A coleta significativa da biodiversidade ocupa um lugar relevante como atividade em si e na articulação com o sistema agroflorestal (Witkoski, 2010).

No caso dos pequenos produtores, Sachs (2003) já apontava que a maioria da nação é constituída por agricultores familiares, operários agrícolas, trabalhadores autônomos urbanos, e empregadores e empregados de micro e pequenas empresas que exercem atividades de baixa produtividade, em condições precárias de trabalho e com remuneração insuficiente para garantir uma subsistência digna. O autor aponta para a necessidade de encarar os pequenos produtores e empreendedores como arquitetos potenciais do futuro e de ajudá-los com um conjunto de políticas públicas que partam do princípio do tratamento desigual aos desiguais, ou seja, de ação informativa em favor dos mais fracos, sem poder e sem voz.

Neste contexto, os problemas do fornecimento de matéria-prima para a produção de biocosméticos foram identificados por empresários, setor público, associados, cooperados e agroextrativistas, a partir do estudo das formas de inserção da atividade, das práticas empresariais e das fragilidades das comunidades diante dessa nova realidade. No caso do extrativismo no município de Silves (AM), existe uma estrutura formada pela Associação Vida Verde na Amazônia (AVIVE) e pela Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia (COPRONAT), que fazem o papel de articuladores entre os produtores/extrativistas e as empresas nacionais.

Portanto, esta pesquisa tem por objetivo entender o processo de inclusão de comunidades fornecedoras de matérias-primas para biocosméticos, por meio da Cooperativa e da Associação estudadas (AVIVE e COPRONAT). O trabalho está estruturado em quatro partes: (1) revisão da literatura; (2) metodologia; (3) resultados e discussão; e (4) conclusão e referências.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento sustentável na Amazônia

O modelo de ocupação da Amazônia, nas últimas décadas, foi voltado para as grandes empresas, com forte atuação do Estado, objetivando a substituição das importações e o aumento das exportações. Neste sentido, o Estado formulou e implantou políticas voltadas aos grandes projetos, tais como os pecuários, madeireiros, Carajás, Zona Franca de Manaus, minero-metalúrgicos e hidroelétricos (Kitamura, 1994).

A atual integração econômica mundial – que se assenta num modelo consumista e num acelerado processo de privatização planetária, articulada a uma matriz industrial e tecnológica baseada no uso de combustíveis fósseis – contribuiu para a rápida depreciação ecológica mundial, pondo em risco a perenidade da humanidade e desencadeando uma sinergia mundial pela preservação dos recursos naturais, incluindo os solos, as águas e a atmosfera terrestre (Freitas, 2011).

Desenvolvimento implica progressos simultâneos nos âmbitos social, ambiental e econômico, ou seja, soluções triplamente ganhadoras. Não é suficiente promover o crescimento da economia a um ritmo respeitável. É preciso orientá-la para modalidades de crescimento com impactos sociais mais positivos e melhor repartição dos seus frutos (Sachs, 2003).

O desenvolvimento sustentável pressupõe a existência de um planejamento participativo, que possibilite o reequilíbrio das relações entre mercado, Estado e sociedade civil. Uma ética moderna, mediada por cidadãos ativos e processos políticos esclarecidos, pode impedir a destruição da Terra e melhorar a condição humana. Também pode possibilitar a inclusão e a liberdade social, trazendo historicidade ao contrato social para o desenvolvimento (Freitas & Freitas, 2013).

A introdução do termo “desenvolvimento sustentável” evidenciou que a promessa de um bem-estar baseado na continuidade do modelo de desenvolvimento dos países ricos (chamados “desenvolvidos”) e na emulação desse modelo para os países menos ricos (chamados “subdesenvolvidos” ou, mais otimisticamente, “em desenvolvimento”) não poderia mais ser mantida, pois o funcionamento desse modelo extrapolava a capacidade de recuperação dos ecossistemas e estava rapidamente consumindo o capital natural (Manzini, 2008).

O futuro do desenvolvimento sustentável na Amazônia depende de sua incorporação ao projeto nacional brasileiro com três pilares: integração regional, nacional e pan-americana; internalização das instituições nacionais da região; e exploração econômica da região de forma sustentável. Educação, ciência e tecnologia são os eixos centrais desse projeto nacional. Preservar e integrar a Amazônia ao Brasil, humanizar a relação do homem com a natureza, melhorar a qualidade de vida das populações locais, solucionar os complexos problemas científicos e tecnológicos dos trópicos úmidos e explorar seu potencial econômico são os pressupostos dessa ciência política na região (Freitas & Freitas, 2015).

Sociedade de risco é a sociedade pós-industrial que apostou no desenvolvimento científico e tecnológico para enfrentar problemas da natureza e da sociedade. É também um modo de ser da cultura contemporânea que registra os modos de organização da sociedade moderna e pós-industrial diante dos riscos. Uma sociedade sustentável passa a ser, então, uma resposta diante da sociedade de risco (Freitas, 2020).

2.2 Novas formas de organização do trabalho e a Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC)

O século XX foi caracterizado por grandes mudanças no trabalho. No início do século, a consolidação da grande indústria como lugar principal para a produção de mercadorias, a adoção da divisão do trabalho proposta por Adam Smith e a evolução das máquinas constituem o contexto no qual novas formas de organização do trabalho surgiram. Dois modelos principais de organização do trabalho foram sistematizados e tornaram-se dominantes: Taylorismo e Fordismo. Para ambos os modelos, o trabalho foi considerado como passível de ser completamente objetivado (Lima & Dias, 2020).

Outras formas de organização do trabalho desafiam a assunção da separação entre execução e controle ou concepção, reivindicando o engajamento dos trabalhadores no processo produtivo. Novas formas de organização do trabalho combinam ajuste mútuo, responsabilidade individual e de equipe e

desenvolvimento de competências. Neste sentido, surge a Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC), a qual desenvolve projetos associando ergonomia, psicodinâmica do trabalho e economia, propondo uma alternativa para integrar trabalho, saúde e eficiência econômica. O diferencial da abordagem da EFC em relação às outras abordagens é precisamente a ênfase no desenvolvimento de um modelo econômico integrado ao trabalho e com base na cooperação, excluindo relações sociais mercantis (Lima & Dias, 2020).

Ao contrário dos modelos econômicos circulares e das demais teorias da funcionalidade, a abordagem da EFC questiona as premissas tayloristas-fordistas do modelo econômico hegemônico, na busca por enriquecer as diferentes representações sociais existentes sobre o trabalho humano, considerando as questões da subjetividade e sua relação com o trabalho (Dejours, 2012; Sznclwar, Lancman & Uchida, 2011)

A EFC fornece uma estrutura conceitual para melhor compreender os limites do modelo dominante (Taylorista e Fordista), com base no patrimônio industrial, renovado pela abordagem gerencial, e suas contradições em relação à atual dinâmica do trabalho produtivo (De Gasparo, Debuc & Guyon, 2016). A EFC proporciona às empresas, particulares ou territórios, soluções integradas de serviços e bens baseadas na venda de um desempenho de uso e não na simples venda de bens. Essas soluções devem permitir menor consumo de recursos, maior bem-estar humano e desenvolvimento econômico em direção à economia circular (Ademe et al., 2017; Le Dilosquer & De Gasparo, 2017).

A EFC funciona dentro do conceito de lógica servicial, ou seja, é um modelo econômico que consiste em conceber e produzir soluções baseadas na integração de bens e de serviços, associada à venda de uma performance de uso e/ou inserida numa dinâmica territorial. A definição e a ênfase em uma performance de uso, ou seja, não vender mais os meios – isto é, bens ou tempo –, mas sim um valor servicial, permite a dissociação entre a criação de valor e o volume de meios mobilizados (bens e serviços) (Du Tertre, Vuidel & Pinet, 2020).

No que tange às relações de serviços, os recursos imateriais estão presentes como um centro das suas dinâmicas. Os recursos imateriais são os principais elementos que viabilizam a construção de uma dinâmica servicial bem-sucedida. Os recursos imateriais envolvem: (1) confiança entre todas as partes; (2) pertinência do que a empresa oferece em relação ao seu posicionamento e aos seus serviços; (3) competência por meio das capacidades individuais (qualificações, talentos, dentre outros); e (4) saúde pelo bem-estar físico, psíquico, emocional, social, dentre outros (Fernandes et al., 2021).

Esses elementos cruzam o andamento da prestação de serviço e relacionam-se com as condições para o exercício do trabalho e os recursos mobilizados para determinada atividade (Toulorge, Lamerand & Du Tertre, 2016).

Os interesses em compartilhar os investimentos materiais e imateriais, a necessidade de cooperar para manter juntos uma performance de uso e a busca por encarregar-se das externalidades resultam numa organização sob

forma de um ecossistema cooperativo territorializado (Du Tertre, Vuidel & Pinet, 2019).

No ecossistema, a criação de valor está relacionada à capacidade de manter a performance de maneira síncrona; ao valor monetário criado sendo compartilhado como base nos compromissos; e à realização desses compromissos. A distribuição do valor monetário criado é operada levando-se em conta o objetivo de longo prazo de reforçar os recursos individuais e coletivos (Du Tertre, Vuidel & Pinet, 2019).

Essa economia de serviço outorga um papel-chave à subjetividade dos assalariados e à intersubjetividade que se desenvolve entre eles e com os beneficiários, estabelecendo uma nova relação com o tempo de trabalho. Esse modelo coloca a dimensão subjetiva do trabalho no centro da performance econômica (Du Tertre, 2013), tornando mais complexa a noção de performance ao abrir-se a outras dimensões, tais como: o não mensurável, o juízo de valor, a consideração do longo tempo e o registro territorial das atividades (nova relação com o tempo e espaço), além da própria subjetividade (Du Tertre, 2012).

Nesse sentido, a cooperação não mais se limita à colaboração entre pares de uma mesma equipe de trabalho (cooperação horizontal) nem tão pouco ao longo da linha hierárquica (cooperação vertical). Ela se estenderá à cooperação com pessoas externas à empresa (cooperação transversal), ocorrendo entre os prestadores de serviços e os beneficiários dos serviços, em que todo serviço é coproduzido por um prestador e um beneficiário, resultando que os clientes/usuários intervêm no próprio processo de trabalho (Du Tertre, 2013).

Do ponto de vista econômico, essa cooperação aumenta o escopo da criação de valor, não mais limitado por uma definição preconcebida de uma tarefa ou de uma produção padrão. A criatividade resultante da relação de serviço, envolvendo tanto o trabalhador como o beneficiário, é uma alavanca de criação de valor que oferece uma abordagem alternativa para o desenvolvimento econômico de uma empresa (De Gasparo et al., 2019).

3. MÉTODO

O presente estudo, em termos de abordagem do seu problema, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa por considerar a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode se traduzir em números (Silva & Menezes, 2005). A pesquisa qualitativa é caracterizada pelo prolongado contato para o objetivo do estudo, para ganhar uma perspectiva holística em oposição à reducionista de um fenômeno e com a possibilidade de fazer múltiplas interpretações dos dados obtidos e a inexistência de instrumentos instrumentais padronizados mecanismos (Miles & Huberman, 1994; Gummesson, 1991).

Com relação aos objetivos, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória (Silva & Menezes, 2005), pois seu intuito é proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou construir

hipóteses, no caso os relacionamentos entre comunidades, associação e cooperativa no município de Silves (AM).

O procedimento metodológico utilizado foi o estudo de caso exploratório (McCutcheon & Meredith, 1993), pois busca examinar os acontecimentos contemporâneos, em que não se pode manipular os comportamentos dos sujeitos da pesquisa, com as preposições teóricas possuindo caráter generalizável. O método de generalização utilizado é a “generalização analítica”, utilizando uma teoria desenvolvida na forma de um modelo e comparando-a aos resultados obtidos no estudo de caso (Yin, 2017). A condução do estudo de caso seguiu cinco estágios (Yin, 2017; Voss, Tsikriktsis & Frohlich, 2002): (1) seleção do caso, (2) procedimentos para a coleta de dados, (3) seleção de instrumentos para a coleta de dados, (4) análise dos dados e (5) discussão, codificação e análise dos dados.

O universo foi composto pelas comunidades tradicionais que fornecem matéria-prima para biocosméticos, pela AVIVE e pela COPRONAT, que se encontram no município de Silves (AM) e em seu entorno. O acesso aos atores da pesquisa ocorreu via contato profissional. A amostragem pesquisada foi de caráter não probabilística intencional (Marconi & Lakatos, 2002), e como técnicas de pesquisa foram utilizadas a documentação indireta por intermédio da pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e observação direta intensiva (observação *in loco* e entrevista aberta).

O estudo dividiu-se em quatro momentos: (1) entrevistas abertas (Vergara, 2009) com os membros das comunidades tradicionais que fornecem matéria-prima para os biocosméticos, além dos membros da AVIVE e da COPRONAT, a partir de um roteiro em que se identificaram informações fundamentais sobre o funcionamento da cadeia produtiva; da associação e da cooperativa; e os relacionamentos entre os diversos atores do ponto de vista econômico, produtivo, comercial e social; (2) observações *in loco* na sede da COPRONAT e da AVIVE para complementar e enriquecer as informações coletadas durante as entrevistas, além de visitas às comunidades tradicionais; (3) pesquisa documental, tendo em vista a coleta de dados preliminares em documentos escritos e veiculados nas mais diversas mídias; e (4) análise dos dados qualitativos mediante a utilização da análise do conteúdo. Neste último momento foram aplicadas as fases da análise de conteúdo descritas em Bardin (1977): (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação.

Na observação *in loco* buscou-se uma melhor compreensão dos atores envolvidos por intermédio da análise da infraestrutura física da produção, do funcionamento geral, das ações e comunicações entre os comunitários, associados e cooperados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os problemas do fornecimento de matéria-prima são identificados claramente por empresários, setor público, associados, cooperados e agroextrativistas. Este se tornou o objeto de estudo desta pesquisa, em que foi possível

identificar as formas de inserção da atividade, as práticas empresariais e as fragilidades das comunidades diante dessa nova realidade. No caso do extrativismo no município de Silves, observou-se inicialmente, nas pesquisas de campo realizadas, que há uma estrutura formada por Associação – AVIVE – e Cooperativa – COPRONAT –, que fazem o papel de articuladores entre os produtores/extrativistas e as empresas nacionais, com destaque para a Natura S.A.

As visitas iniciais foram à sede do Município de Silves, quando se realizaram reuniões e foi possível entender o processo de compra e produção de matérias-primas para a produção de óleos e essências que são vendidos a empresas nacionais ou utilizados na produção própria de cosméticos, velas, etc. (Figura 1).



Figura 1 Sede da Avive e da COPRONAT no município de Silves (AM). Fonte: Autores.

No contato com os presidentes da AVIVE e da COPRONAT constatou-se que há mercado, ou seja, há demanda por esses produtos, o que cria a possibilidade de melhoria da qualidade de vida e de aumento da geração de renda, principalmente dos agroextrativistas, associados e cooperados.

Vale ressaltar que nem todos os comunitários são associados ou cooperados, o que os coloca na posição de simples fornecedores. A ausência de técnicas e metodologias de sensibilização e de capacitação dos atores que fazem parte dessa cadeia, ou seja, desde os agroextrativistas até a indústria, causa desgaste, abandono da atividade e rompimento de relações sociais

e econômicas, sendo os agroextrativistas os menos acessados e adequadamente inseridos nessa cadeia produtiva.

Também se evidenciou o fator financeiro como ponto relevante para o desenvolvimento da atividade. Nos relatos dos agroextrativistas foram recorrentes as afirmativas relacionadas a atrasos nos pagamentos, baixo valor pago pelo quilograma da matéria-prima, incertezas de venda dos estoques, mesmo mediante manifestação verbal da cooperativa junto à comunidade. Isto desestimula os agroextrativistas, uma vez que o trabalho é desgastante, manual, com técnicas e equipamentos rústicos. No discurso, identificou-se que os agroextrativistas precisam ir para dentro da floresta em busca de matérias-primas que nascem de forma espontânea no interior da mata, o que torna sua distribuição dispersa e aleatória, dificultando ainda mais o processo de coleta e o transporte de sementes, frutos, seiva, dentre outros produtos que precisam ser transportados por grandes distâncias, o que pode levar à fadiga e acarretar lesões nos produtores.

Não há formalidade ou regularidade nessas demandas; os acordos são verbais e as avaliações dos produtos são subjetivas. Desta forma, a confiança entre as partes torna-se frágil e muitas vezes se rompe durante as negociações. De um lado, as empresas cobram quantidades, prazos e qualidade das associações e cooperativas, que fazem o papel de intermediárias nessa relação e cobram dos agroextrativistas. De outro, estão as comunidades que, por trabalharem com produtos naturais que são coletados sazonalmente, na quantidade que a floresta disponibiliza, não podem garantir a quantidade ou a data exata em que conseguirão fornecer as cotas solicitadas.

Em virtude das incertezas, as cooperativas e associações buscam diversas comunidades e solicitam a mesma matéria-prima, o que acaba gerando pedidos, produção e entregas em duplicidade. Este excesso acaba deixando alguns agroextrativistas fora do mercado, pois, quando conseguem coletar a quantidades necessária, se deparam com o fato de que outras comunidades já atenderam à demanda e eles perdem a venda e, muitas vezes, também os produtos coletados, sendo que este cenário gera insegurança, insatisfação e desestímulo a essas populações.

Para entender melhor essa dinâmica, foi necessário visitar essas comunidades, quando então os líderes e os principais produtores de matérias-primas foram contatados. A Figura 2 traz imagens de entrevistas realizadas durante a visita à comunidade Ituaã, no município de Silves. Esta comunidade destaca-se na produção do cumaru.

Um dos produtos fornecidos à COPRONAT é o cumaru. Este fruto é coletado pelas populações locais em árvores espalhadas pela região. Após a coleta, o fruto é quebrado com martelos ou pedaços de madeira e expostos ao sol para secar. Segundo os entrevistados, a secagem demora de dois a três dias. Após esse processo, o produto é embalado em sacolas plásticas ou de juta, dependendo da quantidade coletada, e, posteriormente, levado à cooperativa na sede municipal de Silves. A Figura 3 ilustra a forma tradicional de coleta, bem como o processo de quebra, secagem e armazenamento realizado pela comunidade Ituaã, no município de Silves.



Figura 2 Reuniões com a comunidade Ituã, em Silves (AM). *Fonte:* Autores.



Figura 3 Processos pelos quais o cumaru passa, na comunidade Ituã, em Silves (AM). *Fonte:* Autores.

Após o processo inicial, os produtos são vendidos à COPRONAT, onde são realizados os beneficiamentos, que incluem a secagem (quando necessário), a extração do óleo, o controle de qualidade, a armazenagem e a comercialização junto às empresas nacionais. Os principais produtos, além do cumaru mostrado na Figura 3, são a andiroba e o breu, apresentados na Figura 4. A andiroba e o cumaru precisam estar secos para que haja melhor extração do óleo, pois a umidade interfere tanto na quantidade como na qualidade do óleo extraído. Desta forma, após a chegada à cooperativa, o produto passa por estufas e termina o processo de secagem ao ar livre, sendo exposto à luz do sol. Já o breu é diretamente armazenado e sua durabilidade é maior, podendo aguardar por mais tempo o processo de beneficiamento (Figura 4).



Figura 4 Secagem da andiroba e armazenamento do breu, em Silves (AM). Fonte: Autores.

Após o beneficiamento das matérias-primas, os óleos e essências podem ter dois destinos finais: a venda para empresas produtoras, que são o principal público comprador, ou a fabricação de produtos próprios com a marca AVIVE (Figura 5). Esses produtos são vendidos localmente e aos visitantes da sede da associação.



Figura 5 Produtos desenvolvidos pela AVIVE em Silves (AM). Fonte: Autores.

Não há formalidade ou regularidade nessas demandas; os acordos são verbais e as avaliações dos produtos são subjetivas. Desta forma, a confiança entre as partes é frágil. De um lado, as empresas cobram quantidades, prazos e qualidade das associações e cooperativas. De outro, as comunidades, por trabalharem com produtos naturais que são coletados de forma sazonal e nas quantidades em que a floresta disponibiliza, não podem garantir a quantidade ou a data exata em que poderão fornecer as cotas solicitadas.

Em virtude das incertezas, as cooperativas e associações buscam diversas comunidades, o que acaba gerando pedidos, produção e entregas em duplicidade. Este excesso acaba deixando alguns agroextrativistas fora do mercado, pois outras comunidades já atenderam à demanda e eles perdem os produtos coletados, gerando insegurança, insatisfação e desestímulo a essas populações.

Nas pesquisas de campo realizadas nos meses de agosto e setembro, foi possível acessar a Associação, a Cooperativa e algumas comunidades. Observou-se, na ocasião, a relação causal entre a cooperativa e os agroextrativistas e a necessidade de acompanhamento da cadeia produtiva sustentável pela maior beneficiada por seus produtos/matéria-prima, uma vez que foi apontado e identificado, nos relatos dos participantes (cooperadores, extrativistas e cooperados), a ausência de contratos e garantias mínimas entre estes na compra e venda de matéria-prima. Percebe-se, ainda, falta de capacitação que proporcionaria o fornecimento de produto de ótima qualidade para a cooperativa, o que beneficiaria toda a cadeia.

Com relação à discussão dos resultados do estudo de caso, é necessário considerar, a partir da revisão da literatura, uma série de orientações para novas trajetórias econômicas da empresa estudada.

A primeira orientação diz respeito à questão de ampliar a funcionalidade na proposta de valor da empresa, incluindo aspectos relacionados ao turismo verde, culinária amazônica, novos serviços, dentre outras ações que agreguem valor à empresa (aprimorar o sistema de produto-serviço) e ao território onde está inserido. Isso vai ao encontro ao que Du Tertre (2012; 2013) e Toulorge, Lamerand e Du Tertre (2016) mencionam sobre serviços e a performance em uma nova relação de produtos-serviços a serem oferecidos.

É necessário definir o território no qual as comunidades, associação e co-operação estão situadas, identificando os atores que fazem parte desse território e buscando novos atores de complementação. Esta é uma ação que envolve a questão de cooperação e territorialidade (Du Tertre, Vuidel & Pinet, 2020; Du Tertre, 2013), que emergem como noções fundamentais na EFC. As relações com clientes precisam ser desenvolvidas objetivando a fidelização dos clientes dentro da lógica de produto-serviço oferecido pela empresa, ou seja, buscar soluções integradas de serviços e bens pautadas na performance (Ademe et al., 2017; Le Dilosquer & De Gasparo, 2017).

Finalizando, é preciso desenvolver o modelo de governança e parcerias-chave em direção ao fomento de um ecossistema cooperativo territorializado (Du Tertre, Vuidel & Pinet, 2019) entre os atores engajados na produção de biocosméticos. Também, a elaboração do mapa territorial do ecossistema se faz necessária.

5. CONCLUSÃO

O modelo da EFC busca ser uma alternativa e ruptura com o modelo industrial Taylorista/Fordista em vigor desde meados do século passado. Nesse sentido, este estudo apresentou os relacionamentos e as interações entre os atores envolvidos na cadeia de valor de biocosméticos no município de Silves (AM). Sendo assim, acredita-se que o objetivo foi alcançado.

Entre os principais resultados, destacam-se: (1) a apresentação das interações entre os atores envolvidos na cadeia de valor do setor de biocosméticos, no setor primário, na região amazônica; (2) os desafios e as dificuldades enfrentados pelos coletores e pelos associados; (3) a necessidade de buscar novas trajetórias econômicas sustentáveis que reformulem o modelo de negócio desses coletores; (4) como não existe formalidade ou regularidade nessas demandas, os acordos são verbais e as avaliações dos produtos são subjetivas, desta forma, a confiança entre as partes é frágil.

Ademais, de um lado, as empresas cobram quantidades, prazos e qualidade das associações e cooperativas. De outro, as comunidades, por trabalharem com produtos naturais que são coletados de forma sazonal e nas quantidades que a floresta disponibiliza, não podem garantir a quantidade ou a data exata em que poderão fornecer as cotas solicitadas. Em virtude das incertezas, as cooperativas e associações buscam diversas comunidades, o que acaba gerando pedidos, produção e entregas em duplicidade. Este ex-

cesso acaba deixando alguns agroextrativistas fora do mercado, pois outras comunidades já atenderam à demanda e eles perdem os produtos coletados, gerando insegurança, insatisfação e desestímulo a essas populações.

Entre as limitações da pesquisa, menciona-se que os aspectos financeiros não foram detalhados. Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a ampliação das entrevistas com todos os associados e cooperados, bem como melhor compreensão dos aspectos financeiros, da centralidade do trabalho, do desenvolvimento do território e da sustentabilidade de tal modelo. A relevância deste estudo está em entender o processo de inclusão de comunidades fornecedoras de matérias-primas para biocosméticos, por meio da Cooperativa e Associação estudadas.

REFERÊNCIAS

- ADEME, ATEMIS, Vuidel, P., & Pasquelin, B. (2017). Vers une économie de la fonctionnalité à haute valeur environnementale et sociale en 2050. Les dynamiques servicielle et territoriale au cœur du nouveau modèle. ADEME.
- Bardin, L. (1977). *L'analyse de contenu*. França: Presses Universitaires de France.
- Bourg, D., & Buclet, N. (2005). L'économie de fonctionnalité. Changer la consommation dans le sens du développement durable. *Futuribles*, 313, 27-38. <http://dx.doi.org/10.1051/futur:200531327>
- De Gaparo, S.; Debuc, T.; & Guyon, M. (2016). Quand les ergonomes se mêlent de la performance. In: *Congresso SELF-ACE 2016. Ergonomie(S), Ergonome(S) – Quelles évolutions à la croisée d'une discipline et d'un métier?*, 36, 2001, Marseille. Anais ... Marseille: SELF-ACE. 4-15.
- Dejours, C. (2012). A psicologia das massas sob a perspectiva da clínica do trabalho. In Dejours, C. *Trabalho vivo. Trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15.
- De Gasparo, S., Le Dilosquer, P. Y., Hubault, F., & Sznclwar, L. I. (2019). When Creativity Meets Value Creation. A Case Study on Daytime Cleaning. In *Advances in Intelligent Systems and Computing* (Vol. 825, pp. 991–996). Springer Verlag. https://doi.org/10.1007/978-3-319-96068-5_108
- Du Tertre, C. (2012). L'économie de la fonctionnalité, pour un développement plus durable. *Produire Autrement Pour Vivre Mieux*, novembro, 5.
- Du Tertre, C. (2013). Économie servicielle et travail: contribution théorique au développement « d'une économie de la coopération ». *Travailler*, 29(1), 29-64. <https://doi.org/10.3917/trav.029.0029>
- Du Tertre, C., Vuidel, P., & Pinet, C. (2019). Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: a via da Economia da Funcionalidade e da Cooperação. *Horizontes Interdisciplinares da Gestão*, 2(5), 1-25.
- Fernandes, A.A.B, Santos, R.B., Xavier, A.F., & Duarte, F.J.M. (2021). *Economia da Funcionalidade e da Cooperação: Recursos Imateriais*. Rio de Janeiro: Sebrae/RJ.
- Freitas, M. C. Sustentabilidade. *Somanlu - Revista de estudos Amazônicos*, 20(2), 7-25.
- Freitas, M. (2011). Contribuições à política de Estado de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável da Amazônia: fundamentos, diretrizes, propostas e compromissos. *Parc. Estrat.*, 16(32), 273-300.
- Freitas, M., & da Silva Freitas, M. C. (2013). Sustainability, Amazonia and environment: Propositions and challenges. *International Journal of Environmental Studies*, 70(4), 467–476. <https://doi.org/10.1080/00207233.2013.823030>

- Freitas, M. C. da S., de Freitas, M., & Ruiz, M. A. (2015). La politique publique pour le développement durable: l'Amazonie, un cas illustratif. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 28(2), 192–210. <https://doi.org/10.1080/13511610.2015.1010141>
- Freitas, M., & Freitas, M. C. da S. (2018). Regional development for sustainability in amazonia: Controversies and challenges. *Geography, Environment, Sustainability*, 11(4), 112–131. <https://doi.org/10.24057/2071-9388-2018-11-4-112-131>
- Gummesson, E. (1991). *Qualitative Methods in Management Research*. Newbury Park, California: Sage Publications.
- Kitamura, P. C. (1994). *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: EMBRAPA -SPL.
- Le Dilsquer, P.-Y., & De Gasparo, S. (2017). Penser l'économie du temps dans une perspective servicielle : un enjeu de santé et de performance économique. *Revue Economique et Sociale*, 75(1), 25-41.
- Leff, E. (2010). *Epistemologia ambiental*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Lima, F. P. A.; & Dias, A. V. C. (2020). Financeirização, trabalho e saúde: a economia como doença social. In: Vilela et al. *Desenvolvimento colaborativo para a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho - Laboratório de Mudança na Saúde do Trabalho*. São Paulo: Ex-Libris, p. 69-93, 2020.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Manzini, E. (2008). *Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais*. Rio de Janeiro: E-papers.
- McCutcheon, D. M., & Meredith, J. R. (1993). Conducting case study research in operations management. *Journal of Operations Management*, 11(3), 239–256. [https://doi.org/10.1016/0272-6963\(93\)90002-7](https://doi.org/10.1016/0272-6963(93)90002-7)
- Miles, M., & Huberman, A. (1994). *Qualitative Data Analysis. An Expanded Sourcebook*. 2ª ed., Thousand Oaks, CA: Sage.
- Sachs, I. (2003). *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC.
- Sznclwar, L. I., Lancman, S., & Uchida, S. (2011). A subjetividade no trabalho em questão. *Tempo Social (USP. Impresso)*, 23(1), 11-30. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100002>
- Toulorge, G., Lamerand, M., & Du Tertre, C. (2016). *État de l'art sur l'économie de la fonctionnalité*. Club Économie de la fonctionnalité & développement durable.
- Vergara, S.C. (2009). *Métodos de coleta de dados no campo*. São Paulo: Atlas.
- Voss, C., Tsikriktsis, N., & Frohlich, M. (2002). Case research in operations management. *International Journal of Operations and Production Management*, 22(2), 195–219. <https://doi.org/10.1108/01443570210414329>
- Witkoski, A. C. (2010). *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de usos dos seus recursos naturais*. 2. ed. São Paulo: Annablume.
- Yin, R. K. (2017). *Case study research and applications: Design and methods* (6th ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications.